



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS

ATA DA 114ª REUNIÃO, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2024

Em 30 de agosto de 2024, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da SEMAD; Representantes do poder público: Camila Favaro, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Barbara Queiroz Abras Franco, da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese); Selma Maria de Oliveira Lopes Cabaleiro, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Alessandro de Oliveira Palhares, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Cícero Antônio Miranda Barbosa, da Agência Nacional de Mineração (ANM). Representantes da sociedade civil: Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg); Cristiano Monteiro Parreiras, do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindiextra); Fernando Benício de Oliveira Paula, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do Instituto Heleno Maia da Biodiversidade (IHMBio); José Antônio de Sousa Neto, da Escola Superior Dom Helder Câmara; João Augusto Hilário, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 114ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: “Primeiramente, saudar todos os conselheiros, toda a equipe técnica e os que nos acompanham pelo Youtube. Senhor presidente, eu gostaria de relatar que a Zeladoria do Planeta, através do meu e-mail pessoal, recebeu, durante a última semana, um e-mail com o título, abre aspas: ‘Votar pelo indeferimento’. Fecha aspas. Eu gostaria de informar que a Zeladoria do Planeta é uma instituição que representa a sociedade civil e está aqui para receber toda e qualquer forma de manifestação, denúncia que seja. No entanto, até cumprindo o nosso estatuto, eu retornei o e-mail para a pessoa para pegar mais informações. No entanto, esse e-mail era inexistente, ele foi criado única e exclusivamente com o objetivo de me encaminhar essa informação. Não sei se os demais conselheiros receberam. Eu senti, nesse momento, senhor presidente, uma tentativa de influenciamento de voto, o que realmente não é aceitável. Esta Câmara existe, é um espaço democrático justamente para que todo cidadão, qualquer que seja a sua vontade, a sua necessidade, aquela ideia que defende, possa expor aqui publicamente, de forma legítima, os seus anseios. Nós entendemos esse tipo de manifestação, pelo e-mail, através de um e-mail inexistente, que até mesmo configura-se, pela legislação, um crime, crime virtual, a criação de um e-mail justamente fake para poder enviar essas informações. É somente isso, senhor presidente, deixar claro que este aqui é o espaço democrático feito para esse objetivo. E aqui nós defendemos a liberdade de opinião e de expressão, mas jamais nos influenciaremos por essa entidade, por aquele setor ou por quem quer que seja para definir o nosso voto neste Conselho. Muito obrigado.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Bom dia a todos os colegas de COPAM, bom dia, presidente. Hoje, 30/8/2024, é um momento oportuno. Peço licença aos colegas para fazer um balanço do nosso trabalho. Esta semana completou dois anos que eu tenho uma honra de representar aqui a Agência Nacional de Mineração e aprender muito com os colegas conselheiros. Então faço aqui um breve balanço, uma análise crítica e construtiva do nosso trabalho nestes últimos dois anos. A pergunta é: qual a importância do setor mineral para o Brasil? E qual a importância para Minas Gerais? Dos três principais produtos de exportação do país, dois são recursos minerais: o petróleo e o ferro. E o terceiro um recurso agrícola, a soja. Esses três correspondem a cerca de R\$ 30 bilhões todo ano. E o minério de ferro em Minas Gerais responde por aproximadamente um terço da pauta de exportação. Esta é a pujança, esta é a importância do setor mineral para o Brasil. Nós como conselheiros, nosso trabalho aqui não é apenas desenvolver as políticas públicas para o setor mineral e votar a outorga ou não das licenças, nós temos que ir um pouco além. Quero lançar o desafio aqui para os colegas conselheiros. Aqui há conselheiros muito experientes, inclusive dirigentes de importantes instituições. Nós temos que melhorar a comunicação, nós temos que alcançar as crianças, os adolescentes e a população geral, conscientizando todos de que a mineração que nós queremos é a mineração sustentável, a mineração que busca o melhor aproveitamento dos recursos minerais, a que desenvolve tecnologias, a

que desenvolve empregos de alta qualidade e que transforma o bem mineral ao longo da cadeia produtiva. Nesses dois anos, presidente Yuri e demais conselheiros, nós tivemos a oportunidade neste Conselho – como eu já coloquei diversas vezes, o mais qualificado do Brasil – de votar empreendimentos, licenças ambientais de empreendimentos de grande e médio porte, alguns de importância estratégica voltada para a segurança alimentar, como foi em diversas vezes o caso do fosfato, que já entrou em pauta algumas vezes aqui. Aproveito e faço um adendo, uma homenagem a pessoas importantes que pavimentaram o caminho dessa segurança alimentar. Se hoje o Brasil é um país que produz alimento para 1 bilhão de pessoas, em parte nós devemos a grandes pesquisadores, cientistas e empreendedores que no passado encontraram os recursos minerais necessários para produzir os produtos químicos e fertilizantes para a agricultura. Por exemplo, de Djalma Guimarães, importante geólogo que escreveu mais de 250 artigos e desenvolveu a tecnologia e industrializou esses importantes depósitos de fosfato que temos no nosso Estado e no nosso país. São ombros de gigantes como esse que servem de inspiração para que nós conselheiros tenhamos um alvo, tenhamos um modelo a ser seguido e a ser superado, oferecendo para a sociedade um trabalho digno, um trabalho próspero. Além do fosfato, nós enfrentamos neste Conselho importantes projetos ligados com o minério de ferro, novas tecnologias foram desenvolvidas, e atualmente, em janeiro, por exemplo, e posteriormente, voltamos aqui empilhamentos drenados de minério de ferro, que é uma tecnologia que já se desenvolveu bastante. Entrou na pauta deste Conselho um dos maiores empreendimentos, quiçá o maior do mundo de empilhamento drenado de minério de ferro em Tapira. Nós passamos por essa etapa, discutimos amplamente com a sociedade civil, com a indústria, com o setor produtivo, com os governos. O presidente Yuri soube conduzir com sabedoria as reuniões, dando palavra e dando voz para todas as pessoas, inclusive aquelas que apareceram aqui para fazer politicagem, atrapalhando o nosso trabalho, que é fazer política. Presidente Yuri, parabéns por ter conduzido bem essas reuniões. Além do fosfato, além do minério de ferro, nós também enfrentamos aqui e discutimos projetos estratégicos de nível global, no caso do lítio e outros. Então, presidente Yuri, nesses dois anos, o nosso trabalho neste Conselho foi muito frutífero. E eu quero ressaltar também, para a população que nos ouve e nos escuta, o trabalho brilhante que tem sido executado pela diretoria da Agência Nacional de Mineração e os servidores que a compõem. Quando eu entrei nessa instituição em 2010, eram 1.200 servidores. Hoje são 600. Apesar de ser a metade, a Agência conseguiu se informatizar, se institucionalizar de tal forma que hoje 600 pessoas conseguem regular o setor mineral no interesse da sociedade brasileira visando ao melhor aproveitamento dos recursos minerais. Uma ampla metodologia de discussão com audiências públicas, com tomada de subsídios, construindo as regulamentações modernas, fazendo com que o setor mineral reconhecesse de tal forma o trabalho da Agência, que essa instituição tem sido recorrentemente premiada, nacionalmente e internacionalmente, pelo seu trabalho de regulação sério, célere e moderno. Como é o caso dos prêmios recentemente recebidos pela Superintendência de Regulação e também a Superintendência de Barragens. No caso das barragens de rejeito, hoje nós temos na pauta um processo que está associado com acidente de barragem. A Agência e o setor mineral evoluíram tanto que em todos os principais congressos e fóruns nacionais e internacionais a Agência de Mineração tem apresentado seus resultados, os seus trabalhos e recebido o reconhecimento. Também tenho observado o reconhecimento que este importante Conselho de Política Ambiental, do qual fazemos parte, tem recebido ao longo desses congressos e eventos de que participamos. Então eu gostaria de parabenizar todos os conselheiros que aqui estão, os que passaram também, pessoas de muita competência e responsabilidade, como no caso do colega Orsini, que já nos deixou, entre outros. Então parabenizo vocês que aqui estão por terem superado. E estamos avançando nesse contexto. E quero ressaltar mais um desafio, além daquele que já falei, que é a comunicação. O Brasil saiu de importador de alimento na década de 70 para franco exportador na atual situação. Ano passado, nós batemos recordes de produção de grão. Em 2030 está previsto para produzirmos 400 milhões de toneladas de grãos. O setor mineral tem um papel importantíssimo a exercer na ajuda de alcançar essa meta, a rochagem, aplicação de calcário, abertura de novas minas de fosfato e de potássio também, para que possamos unir forças com o agronegócio e alcançar essa dupla segurança alimentar e esta posição global de fornecedor de alimentos para o mundo, fornecedor de tecnologia mineral. E por fim quero registrar também, aqui temos o colega representante da Codemig, sabe muito bem do que eu digo, que a indústria mineral brasileira, quem nos ouve preste atenção: não é apenas uma indústria de base, é também uma indústria de alta tecnologia, como é o caso do nióbio, esse monopólio mundial que nós detemos, importantíssimo na fabricação de ligas de aço. E agora como vem desenvolvendo novas tecnologias, inclusive para substituir determinados elementos em baterias. Então nós estamos conselheiros nesta importante instituição, mas temos que ter em mente que o nosso papel é maior, é divulgar a informação, é defender a mineração sustentável, servir de modelo para outros Estados e instituições. O Brasil, presidente, não é o país do Carnaval, não é o país do futebol, muito menos o país do samba. O Brasil é o país do agro, o país da mineração sustentável, onde todos nós exercemos um papel essencial. Então esse é o balanço que faço. E agradeço a todos por esses dois anos de muito trabalho produtivo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço os elogios, conselheiro Cícero. Estendo também os meus ao senhor, Cícero, como aos demais conselheiros, que sempre com uma grande capacidade técnica atuam pelo desenvolvimento sustentável.” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Mais uma vez, muito boa a manifestação do Cícero. Eu tenho mais um pouco a acrescentar, mas em função do nosso tempo, presidente, eu vou colocar só mais duas questões. Além de matérias primas para exportação, de produzir fertilizantes no apoio ao agro e outros importantes setores, a indústria mineral, gera valores relevantes em sua contribuição para a economia, como é o caso do nosso Estado, onde chega

a contribuir com até mais de 10% do PIB e um grande apoio é direcionado para a indústria de uma maneira geral. Porque como praticamente os produtos minerais entram na composição de quase tudo que nós usamos na nossa vida, desde quando nascemos até quando ela se encerra, em todas as construções, equipamentos e utensílios, tudo que nós usamos praticamente tem um componente ou é todo fabricado com produtos minerais. Não custa lembrar mais uma vez essa importância da mineração. Ela ainda disponibiliza matérias-primas a um custo competitivo e alta qualidade para nossa indústria, como é o caso, por exemplo, da siderurgia, em que o minério, devido ao frete, distâncias internas de transporte mais curtas, pode chegar com alta qualidade às usinas e a um custo mais baixo. Isso pode ser estendido aos outros materiais e indústrias também. Como foi citado pelo colega Cícero, esta abordagem é válida e precisa ser feita também para vários outros minerais produzidos, seus concentrados, principalmente nos minérios e materiais estratégicos para a própria transição energética e para a mobilidade elétrica, por exemplo. A matéria prima está sendo produzida e precisa ser processada e passar pela devida verticalização na etapa seguinte, a indústria de transformação. Então a mineração está presente com sua contribuição em tudo isso. Ainda só para concluir, nessa linha de mineração sustentável, estamos organizando para a segunda semana de setembro, nos dias 9 e 10, o terceiro Seminário Nacional de Gestão Ambiental na Mineração. Vai ocorrer antes do congresso do Ibram, que é maior congresso de mineração do Brasil, na segunda e terça-feira, na Expominas. E todos estão convidados. Seria um prazer recebê-los lá para discutirmos, de uma forma mais aprofundada e com mais tempo, os últimos trabalhos e técnicas, tecnologias e estudos que estão sendo feitos com o objetivo de avançar com uma mineração cada vez mais sustentável e com menores impactos na produção das matérias primas tão necessárias, com minimização dos problemas ambientais que podem ocorrer. Então estão convidados.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço o convite, João Hilário.” Conselheiro Cristiano Monteiro Parreiras/Sindiextra: “De forma muito breve, aderir às manifestações do conselheiro João Hilário e do conselheiro Cícero. E como representante do Sindiextra, que é o Sindicato da Indústria Mineral de Minas Gerais, dizer que nós estamos aqui e valorizamos muito a atuação do Conselho dos conselheiros em busca de uma mineração mais moderna, segura e sustentável.”

4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA. Não houve comunicados.

5) EXAME DA ATA DA 113ª REUNIÃO. Aprovada por unanimidade a ata da 113ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias, realizada nos dias 26 de julho e 1º de agosto de 2024. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, IHMBio, ANM e Dom Helder.

6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO.

6.1) Sandra Mineração Ltda. Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários; Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento. Prudente de Moraes/MG. PA/SLA/Nº 2112/2023. ANM: 814.029/1968. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III, alínea b). Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR). Retorno de vista pelos conselheiros Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, representante do Instituto Heleno Maia da Biodiversidade (IHMBio); Fernando Benício de Oliveira Paula, representante da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; e Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg). Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, IHMBio, ANM e Dom Helder.

7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA.

7.1) Mineração Fazenda dos Borges Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco; e Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e II-B, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção. Pedro Leopoldo/MG. PA/Nº 00291/1991/010/2016. ANMs: 832.352/2009, 812.554/1970, 831.852/1998, 830.015/1981 e 830.876/2020. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III, alínea b). Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR). Retorno de vista pelos conselheiros Fernando Benício de Oliveira Paula, representante da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Francisco de Assis Lafetá Couto, representante do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindiextra); e Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg). Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, IHMBio, ANM e Dom Helder.

8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO - “AMPLIAÇÃO”.

8.1) Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá. Pilha de Estéril 01 (PDE01). Pilhas de rejeito/estéril; Aterro para resíduos não perigosos classe II-A e II-B, exceto resíduos sólidos urbanos e resíduos da construção civil; Canalização e/ou retificação de curso d’água; Aterro para resíduos perigosos classe I. Araxá/MG. PA/SLA/Nº 2499/2023. ANMs: 035.102/1946 e 006.476/1956. Classe 6. Apresentação: URA TM. (Retificação feita pela URA TM: trata-se de Licença Prévia Concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação). Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, IHMBio, ANM e Dom Helder.

9) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO.

9.1) Draga Rio Paracatu Ltda. Parcela Rural nº 415 da Gleba Barra. Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil. Brasilândia de Minas/MG. PA/SLA/Nº 282/2024. ANMs: 830547/2012, 830548/2012, 830549/2012,

830551/2012, 830552/2012, 830553/2012, 830554/2012, 830555/2012, 830556/2012, 830557/2012, 830558/2012, 830559/2012 e 830560/2012. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III, alínea b). Apresentação: URA NOR. Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, IHMBio, ANM e Dom Helder. **9.2) Salitre Fertilizantes Ltda. Supressão de vegetação em áreas licenciadas (Cava e Barragem). Atividades ou empreendimentos não listados ou não enquadrados em outros códigos, com supressão de vegetação primária ou secundária nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica, em estágios médio e/ou avançado de regeneração, sujeita a EIA/Rima nos termos da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, exceto árvores isoladas. Serra do Salitre/MG. PA/SLA/Nº 408/2024. ANMs: 830373/1995 e 830374/1995. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA TM.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, IHMBio, ANM e Dom Helder. **10) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO - "AMPLIAÇÃO". 10.1) Pedreira e Britadora Cantieri Ltda. Extração de rocha para produção de britas; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. São Sebastião do Paraíso/MG. PA/SLA/Nº 228/2024. ANMs: 834.418/2007 e 830.676/1979. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA SM.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, IHMBio, ANM e Dom Helder. **10.2) IES Serviços de Apoio a Atividade Mineral Ltda. Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Lavra a céu aberto. Rochas ornamentais e de revestimento. Diamantina/MG. PA/SLA/Nº 1945/2023. ANM: 830.080/2012. SEI/Nº 1370.01.0037598/2023-29. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA JEQ.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, IHMBio, ANM e Dom Helder. **11) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 11.1) Pedras São Lucas Ltda. Lavra a céu aberto. Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários. Alpinópolis/MG. PA/SLA/Nº 2852/2023. ANMs: 831.864/1999 e 831.865/1999. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA SM.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, IHMBio, ANM e Dom Helder. **12) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO À LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO. 12.1) Dois A Engenharia e Tecnologia Ltda. Jazida - UFV Arinos. Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil. Arinos/MG. PA/SLA/Nº 698/2024. ANM: 831.185/2024. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA NOR.** Adendo aprovado por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, IHMBio, ANM e Dom Helder. **13) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO À LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 13.1) Samarco Mineração S/A. Regularização Ambiental das Obras de Dragagem e Disposição de Rejeitos na Fazenda Floresta e Recuperação das Margens e Setores da área denominada como Trecho 12 (Área do Reservatório da UHE Risoleta Neves). Pilhas de rejeito/estéril; Extração de rocha para produção de britas; Dragagem para desassoreamento de corpos d'água; Mineroduto ou rejeitoduto externo aos limites de empreendimentos minerários; Outras formas de destinação de resíduos não listadas ou não classificadas e Canalização e/ou retificação de curso d'água. Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado/MG. PA/SLA/Nº 1496/2020. SEI/Nº 1370.01.0051684/2020-53. Classe 6. Apresentação: Diretoria de Gestão Regional (DGR).** Processo retirado de pauta com pedido de vista do IHMBio e vista conjunta solicitada por Sindiextra, Ciemg e Zeladoria do Planeta. Justificativas. Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento/IHMBio: "Senhor presidente, eu vou poupar as explicações do pessoal, até mesmo porque o seguinte: já me responderam, a pergunta, que vai ter um repasse financeiro da prefeitura. Eu entendo um período muito complicado, um período eleitoral, repassar valores agora da prefeitura para fazer uma série de obras. E eu queria entender bem sobre esse processo, entender melhor sobre esse processo. Até mesmo porque é uma transferência de recurso para um outro ente fazer as obras que são hoje de obrigação da Samarco. Então eu gostaria de pedir vista deste processo, senhor presidente. Eu tentei ao máximo não pedir, mas infelizmente vou ter que pedir vista." Conselheiro Cristiano Monteiro Parreiras/Sindiextra: "Entender melhor como vai funcionar o mecanismo de repasse." Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti/Ciemg: "Vista conjunta pelas mesmas razões colocadas pelo Cristiano." Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula/Zeladoria do Planeta: "Apesar de já ter me atido ao tema, inclusive, anteriormente, com a mesma dúvida do conselheiro Heleno, eu tomei a liberdade de fazer contato com a empresa e saná-la, com a preocupação da gestão dos recursos públicos, do recurso pelo órgão público, inclusive, que aqui se faz presente. Sanado isso, eu me considero completamente seguro da minha votação. No entanto, ao pedir vistas, eu peço em conjunto pelos mesmos motivos dos conselheiros anteriores." **14) IMPACTOS DA MINERAÇÃO NA RODOVIA BR-040. Apresentação:**

Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). A convite da FEAM e da SEMAD, o engenheiro civil Hérzio Geraldo Bottrel Mansur apresentou à Câmara levantamento de dados relativos ao fluxo de veículos, números de vítimas fatais constatadas nos locais das ocorrências, números de sinistros e suas características ao longo da rodovia BR-040, entre o KM 563 e o 617, sua relação com o transporte de minério na região, bem como recomendações técnicas para providências cabíveis. O conteúdo da exposição foi disponibilizado na pauta desta reunião, no site da SEMAD. Síntese dos debates. Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: Eu não poderia deixar de me manifestar também sobre a apresentação do colega Hérzio, muito boa, em se tratando de um assunto complexo, mas que foi aqui muito bem colocado de uma forma simples e de fácil entendimento. Parabéns Hérzio! Apesar do avançado da hora, eu também não poderia deixar de fazer alguns comentários. Um deles é: estrada de transporte é, principalmente, engenharia, e o Conselho de Engenharia não poderia deixar de abordar esse ponto, fazer esse estudo, como foi feito, inclusive vir aqui e apresentar para nós e em outros locais, em outros fóruns também. Isso vem sendo feito, e acho que deve ser colocado o problema, inclusive, com mais tempo para que seja discutido em profundidade. Esse trabalho é muito importante, ele foi, inclusive, usado no planejamento estratégico de mineração de Minas Gerais, que vem sendo desenvolvido há dois anos e que estamos concluindo agora. Infelizmente, no resumo não pôde entrar com muito detalhe, mas lá foi analisado e utilizado, como uma base muito boa para os assuntos que estavam sendo discutidos. Outro ponto extremamente importante na abordagem do Hérzio é que ele tratou de um problema grave, que envolve perdas de vidas, mas não veio com aquela insanidade de dizer, por exemplo, que tem de parar tudo, parar a mineração, parar o transporte de insumos e matérias primas, até porque não faz sentido. Algumas abordagens que temos escutado por aqui é de querer interrupção de atividades industriais imprescindíveis para o próprio funcionamento da sociedade moderna e conforto de seus cidadãos. Por exemplo, se ocorre algum problema, se cai um avião, ‘vamos parar com a aviação e fechar a Embraer’; teve um acidente rodoviário na estrada, ‘vamos parar a 040’, o transporte de matérias primas, ‘vamos parar com a mineração porque estava transportando produtos minerais’. Não é assim que se trata os problemas de Engenharia. E até porque o minério, como foi dito, o minério de ferro é transportado, também para abastecer a indústria de aço do Estado de Minas Gerais, que ainda é o maior produtor de aço do país. E eu desafio alguém aqui a dizer que não usou nada fabricado com aço hoje. Todos usam aço, utilizam o tempo todo os produtos da mineração, mas alguns insistem em querer parar a mineração. Daqui a pouco vão querer parar o transporte de minério também na 040 sem ainda ter uma alternativa. Então esta abordagem foi muito feliz de apontar os problemas sem, obviamente afirmar que minério de ferro não pode ser transportado para as aciarias... A discussão é necessária e deve ser focada nas opções de como continuar abastecendo as siderúrgicas, provocando o menor impacto e com o menor risco para o transporte dos cidadãos. Um outro ponto que eu queria também comentar: o tema rompimento de barragens foi trazido para discussão de um processo, que foi tirado de pauta, onde o objetivo é exatamente de como tratar problemas e alguns impactos provocados por um rompimento, ou seja, para completar a reparação de uma situação atual. E nesse caso lembramos também que barragem é um assunto de engenharia, barragem é construída, principalmente, por engenheiros, que têm e devem se empenhar na sua segurança e na solução de possíveis problemas provocados por elas. E o Sistema, como foi citado pelo Hérzio, vem trabalhando nisso há anos, desde 2015, principalmente. Neste sentido foram constituídos alguns grupos de trabalho, tanto estaduais como federais empenhados na solução destes problemas. Como exemplo, participamos do Comitê Técnico de Barragem de Mineração da SGM, no Ministério das Minas e Energia, contribuindo no aprimoramento de leis e normas, intensificando a fiscalização, discutindo medidas para reduzir os possíveis problemas que possam ser provocados pelas barragens de rejeito de mineração. Só para lembrar dentro do que o Hérzio falou muito rapidamente, o Sistema Confea/Crea e nós da engenharia, continuamos preocupados e dedicados, trabalhando no sentido de reduzir riscos e de continuar melhorando a qualidade e segurança dos projetos e obras, de forma a melhor atender às necessidades da sociedade moderna.” Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Faço coro aos comentários do colega João Hilário, parabeno o Sr. Hérzio por trazer essas informações técnicas do estudo realizado. Porque essas iniciativas como a tua, Sr. Hérzio, devem ser ressaltadas e elogiadas para que isso ocorra mais vezes aqui no nosso Conselho, que tem passado por alguns meses de falas de pessoas que vêm aqui apenas para fazer politicagem, ainda mais neste período eleitoral; usar o Conselho como pauta de coisas que não têm a ver com os assuntos discutidos aqui no momento. E a sua apresentação traz subsídios técnicos, ela soma com informações relevantes no contexto do transporte do minério, dos riscos envolvidos. Então é uma contribuição com informações relevantes para o nosso trabalho. Esperamos que isso ocorra mais vezes, que outras pessoas venham aqui trazer os seus dados, seus estudos para que sirvam de motivação e subsídio nas nossas decisões. Então mais uma vez parabéns pela iniciativa, espero que esteja disponibilizado para outras pessoas.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva/Sede: “Eu queria só parabenizar e fazer coro ao que os meus antecessores falaram, os conselheiros. É uma pauta extremamente relevante, é uma preocupação a questão da logística. A logística do minério de ferro é realmente impactante, preocupante. E nesse sentido eu acredito que toda a tecnologia, toda a melhoria prescinde de um estudo prévio ou de vários estudos. Acho que é exatamente a partir disso é que se viabilizam alternativas possíveis para a melhoria do processo da logística de transporte de minério de ferro. Então era só para agradecer a apresentação, foi muito boa, muito didática, e acho que seria muito importante mesmo que fosse disponibilizada para nós. Eu acho que é importante que façamos coro numa tentativa de unir esforços para que isso se

concretize realmente numa solução.” Fernanda Perdigão/sociedade civil: “É um tema muito relevante. Nós tivemos, recentemente, algumas reuniões realizadas sem a presença da população com acordo de construção de uma nova estrada, mas precisamos sempre lembrar que a mineração precisa, inclusive, ser responsabilizada também por esse uso intensivo das rodovias, sejam elas estaduais ou federais. Então nós precisamos pensar em mecanismos rigorosos por parte das empresas mineradoras, de ter mais rigidez, na verdade, do controle e fiscalização. Mesmo porque o direito de ir e vir implica esse acesso a vias públicas em condições adequadas de segurança e qualidade. Então quando a mineração utiliza essas rodovias para transporte de grandes cargas de minério tem esse aumento do tráfego com veículos pesados, que geram tantos acidentes, como apresentado aqui anteriormente, e precisamos pensar de forma mais ampla os impactos, inclusive, dessa proposta de nova estrada sobre a questão ambiental e a questão social, se terá desapropriações, quantas pessoas serão afetadas. Isso tem que ser de forma transparente e com participação social. Basicamente, minhas falas se tratam aqui do meu papel de defensora de direitos humanos, então eu fico muito tranquila de me posicionar, porque não sou candidata a nada e não faço propaganda política. Eu defendo direitos humanos das pessoas com as quais eu convivo, dialogo, e como também pessoa atingida por esse setor, que mata, que destrói. Então eu gostaria que esse espaço também fosse um espaço democrático de posicionamentos sem servir como utilização indevida ou ataque aos membros do Conselho e sim o posicionamento real e efetivo da sociedade civil. Não é a primeira vez que eu me sinto constrangida nesse espaço ao me posicionar em relação à minha opinião sobre o que está sendo votado. É muito triste ver isso. Eu acredito que esta reunião exista para posicionamentos da sociedade civil sobre o que está sendo debatido e que vai refletir, obviamente, a sua condição de vida no mais amplo sentido. Então ter esses rebates às vezes nos constrange bastante, quando na verdade o nosso posicionamento, o meu aqui, principal, como defensora, como atingida, como cidadã deste Estado, não é para propagandas ou para autopromoção, é para expressar e verbalizar a voz das pessoas com as quais eu trabalho, eu compactuo do sofrimento e dos reflexos desse setor que é tão difícil de ser encarado com a realidade que precisamos. Agradeço, desejo novamente uma boa reunião e parabeno o companheiro Sandoval por essa solicitação tão importante de termos aqui hoje essa apresentação. Mas nós precisamos de mais participação da sociedade nos debates e construções da solução para essa questão do transporte da mineração nas nossas rodovias. Muito obrigada.” Sandoval de Souza Pinto Filho/sociedade civil: “Não tenho como não começar essa fala minha em agradecer ao Conselho, agradecer ao senhor, agradecer a todos os conselheiros, principalmente pela sensibilidade que foi demonstrada em relação ao tema. E fazer esse agradecimento especial ao meu amigo, meu irmão Hérzio. Nós estamos nessa causa já há um bom tempo juntos. Eu me apresento aqui como um dos membros, Sandoval de Souza Pinto Filho, sou um dos membros do SOS 040, que é um grupo de pessoas de boa vontade que vêm trabalhando pela vida na BR-040 já há uns bons 10, 12 anos. A respeito do transporte de minério, a respeito da rodovia, eu não tenho nada acrescentar depois de uma fala brilhante como a do Hérzio, com a apresentação dele. Eu não vou nem falar da BR-040, eu vou tentar mencionar aqui e levar para o tema do que este Conselho trata que são os licenciamentos ambientais. Nós sabemos, eu trabalhei no setor por 30 anos, e nós estamos cansados de saber que transporte de minério não se faz só por carreta. Não tem ninguém chegando aqui também e falando ‘vai tirar carreta, vai passar para ferrovia’. A logística é de engenharia, a logística é de um sistema que, como foi dito por alguns conselheiros, tem que se modernizar. Eu não tenho pretensão nenhuma ao falar isso, porque o que vemos na BR-040 hoje, a forma, a saturação da rodovia tem sido perniciosa até para o próprio transporte, as próprias mineradoras estão tomando prejuízo, estão transportando numa fluidez muito menor do que deveria ser. A rodovia não comporta. Então como é parte do modal logístico, como o Hérzio, disse bem na fala dele, tem que ser estudado no licenciamento de forma integrada. É a nossa opinião. Nós sabemos, como estava dizendo, o minério pode ser transportado em carreta, pode ser transportado em trem, em mineroduto, pode ser em correias transportadoras, ferrovias, de todas as maneiras assim que a logística indicar, que a engenharia indicar. Agora o que nós não podemos é fechar os olhos para uma forma que está sendo utilizada que está matando. Isso não é sustentável, matar não é sustentável. E quando nós falamos que o transporte está matando: passa, fica lá na beira da BR uma meia hora e conta o que está passando de carreta de minério. E mais ainda, a nossa grande preocupação hoje é que já é falada neste Conselho há bastante tempo, destacadamente pelo ex-conselheiro Julio Grillo, a questão de o transporte ser negligenciado no licenciamento. Ele é totalmente negligenciado, o transporte externo, e ele é, sim, um impacto socioambiental da atividade e como tal deveria ser estudado em profundidade. E mais que isso, como a Maria Eugênia falou há pouco a respeito de estudos, concordo plenamente: os estudos deveriam ser feitos de forma integrada, seja para o transporte, seja para poeira, como acontece em Congonhas hoje, que se soma poeira de uma mineração com a outra e com a outra; na hora que acontecem as coisas um fala que é o outro, que não é dele só. Barragens, por exemplo, todas num território só, minas em um território; segurança hídrica. Então a rodovia tem que ser tratada sob esse prisma, a nosso entender. E como disse muito bem... Um abraço para a Fernanda, que acabou de falar e elogiou o nosso trabalho. Eu também elogio o dela, aproveito este espaço para elogiar, que é um trabalho muito bem-feito, muito competente. Quem vem aqui a este Conselho, não sou candidato, e se fosse também eu entendo que não teria problema nenhum vir falar de coisa da sociedade. Mas como a Fernanda disse eu acho que podemos levar este Conselho com mais leveza nesse sentido, porque quem vem para fazer o que nós estamos fazendo aqui, nós não somos ligados a firmas, não somos ligados a órgãos de Estado, não recebemos e fazemos com muito gosto, com muito prazer, muita honra. Defender a vida é uma das melhores coisas que tem no mundo, e nós temos a grata oportunidade hoje de

estar dividindo essa atividade de defender a vida com os senhores conselheiros. E na prática como isso pode se materializar? Como eu estava dizendo, o Julio Grillo já trouxe, muitas vezes, essas questões em processos pontuais, essas questões de que o transporte está sendo negligenciado, que a sujeira na rodovia está sendo negligenciada. Porque o Conselho licencia um determinado empreendimento, que o caminhão sai sujo e sai para a BR, cria-se um conflito de competência muito grande. Porque a parte rodoviária é da Polícia Rodoviária Federal, o ambiental federal já é o Ibama, e ele não fiscaliza o empreendimento que ele não licenciou. Então o Estado diz que não pode fiscalizar uma rodovia federal, os impactos ambientais, e fica nesse ciclo pernicioso de problema que acaba sendo empurrado para debaixo do tapete. E mais que isso, esses cinco que o Hérzio falou que morreram, essa família, eu estive no lugar do acidente no outro dia. O que era? Canaleta suja de terra, confusão, uma estrada toda que não tem aderência. Então nós temos que enfrentar esse assunto com mais pressa, o assunto urge, não é um assunto que pode ficar esperando... Então o que eu quero trazer de prático para o Conselho, agregando... O trabalho do Hérzio, para mim, é irretocável do ponto que nós estamos. Como disse no início, eu não preciso nem comentar nada sobre, ele fala por si. Agora o que eu queria, senhor presidente, é pedir a este Conselho neste momento, para uma complementação deste debate que nós estamos fazendo, que a Nota Técnica 03 do Fórum Permanente São Francisco, que também aborda o tema transporte, dentre outros, o licenciamento e as suas implicações no transporte, a forma que o transporte vem sendo abordado no licenciamento em Minas Gerais... Então eu gostaria muito de pedir – não sei se tem que submeter ao Conselho ou se é decisão de vossa senhoria, o senhor presidente da reunião – que esse material, a Nota Técnica 03, seja também disponibilizado em link desta reunião de hoje, porque é um trabalho técnico muito bem feito, muito bem fundamentado também. E pode numa dada ocasião, mais para frente, como foi sugerido hoje nesta reunião, o Julio Grillo também vir para fazer uma apresentação dessa Nota Técnica 03 em cima desses aspectos de transporte que estamos abordando aqui agora... No mais mesmo é agradecer. Podem ter certeza que todo esforço que foi envidado nessa situação da BR-040, se salvar uma vida, já vai valer a pena para nós todos esse dia de hoje.” Conselheiro João Augusto Hilário/Assemg: “Eu tinha tentado entrar naquela hora para fazer um rápido comentário sobre a fala da Sra. Fernanda Perdigão, mas só quanto a segunda fala, por ter permanecido dentro do contexto, o que foi excelente. Realmente são bem-vindas manifestações e participações externas ao Conselho que contribuam e fiquem presas às questões que estão sendo discutidas, como foi a segunda fala. O que às vezes nós refutamos totalmente (primeira fala) é quando o assunto é propositalmente distorcido para uma outra questão que tem apenas uma correlação distante com o que está sendo discutido, mas que não contribui para sua avaliação. Então a senhora fique à vontade, foi muito boa sua segunda participação, mesmo quando não concordamos, estamos abertos a ouvir participações desse tipo.”. Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: “Mais uma vez, Hérzio, parabéns por trazer os dados, seus estudos, é isso que nós esperamos aqui. Eu só queria colocar que nós aqui no Conselho também somos defensores dos direitos humanos, e o principal direito é o direito ao emprego, o direito à liberdade. Ninguém tem o monopólio de falar que ‘eu defendo direitos humanos’, nós estamos aqui para ouvir, aprender, discutir e votar as licenças ambientais. Então todo esse balanço que eu fiz, no início, desses dois anos que nós tivemos, hoje está sendo uma reunião produtiva porque está sendo trazido para as pessoas estudos com informações técnicas de um assunto que tem que ser considerado, um assunto pertinente à pauta, o transporte de minério de ferro, a segurança envolvida no transporte de minérios em geral, os riscos nas rodovias. E em outros momentos foram trazidos, em outras reuniões, preocupações legítimas e sérias sobre segurança das barragens, sobre o uso da água. É isso que nós esperamos. Defender os direitos humanos é defender a liberdade, é defender também o emprego, é defender a atividade econômica, qualquer que seja, de forma responsável. Porque aqui só avaliamos a mineração sustentável, ninguém aqui é a favor de garimpo, ninguém aqui é a favor de mineração desordenada, ninguém aqui é a favor de estruturas inseguras. Nós somos a favor da atividade coordenada, da atividade responsável. Então eu queria colocar isso e deixar bem claro que nosso trabalho aqui é esse, e ninguém tem esse monopólio de direitos humanos. Nós também somos defensores dos direitos humanos, só que nossa visão de mundo é um pouco diferente, é mais objetiva, é mais resolutive.” Hérzio Geraldo Bottrel Mansur: “Presidente, só reiterar minha alegria e minha honra de estar aqui. Como eu disse desde o começo, não é palavra ao vento, realmente é um estudo que tem muito para ser melhorado, mas o importante é que pode ser replicado em outras regiões. O Crea e o Confea já têm estudado essa possibilidade de, através das associações de engenharia, sindicatos de engenheiros, um arranjo que a profissão tem pelo Estado afora, pelo país afora, estar pegando esses pontos mais críticos. Eu estava falando do carvão, que faz parte dessa logística também. Qualquer que seja a situação para verificar os pontos críticos, e a engenharia se apresentar com a solução. É um momento importante para a engenharia, e nós não temos dúvida de que a boa técnica vai salvar vidas, faz parte do DNA do Sistema Confea/Crea exatamente a defesa da sociedade. E a defesa da sociedade para o engenheiro é com contas, com zelo e com o olhar na segurança de todos.”

15) ASSUNTOS GERAIS. Não houve manifestações. **16) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Rafael de Oliveira Trovao, Diretor**, em 27/09/2024, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **98280306** e o código CRC **7C3E7CA2**.

Referência: Processo nº 1370.01.0029407/2024-23

SEI nº 98280306